

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

# Trabalho na mídia, capitalismo de vigilância e a ascensão da ideologia de extrema-direita no Brasil

Rafael Evangelista, Jane Mesquita

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.14386>

Submetido em: 2026-01-12

Postado em: 2026-02-03 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

A moderação deste preprint recebeu o(s) endosso(s) de:

- Marta Mourão Kanashiro (ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1337-3186>)

## **Trabalho na mídia, capitalismo de vigilância e a ascensão da ideologia de extrema-direita no Brasil**

### **Media Labor, Surveillance Capitalism, and the Rise of the Far-Right Ideology in Brazil**

### **Trabajo en los medios, capitalismo de vigilancia y el ascenso de la ideología de extrema derecha en Brasil**

“Esta é uma versão em português de um manuscrito atualmente em revisão por pares no periódico *Big Data & Society* (submetido em março de 2025). Nenhum conteúdo de revisão foi incluído nesta versão.”

Autores: Rafael Evangelista (<https://orcid.org/0000-0001-5446-5792>) e Jane Mesquita (<https://orcid.org/0009-0002-5282-9606>)

#### **Resumo**

A ascensão de Jair Bolsonaro e a ampla guinada ideológica do Brasil em direção à extrema-direita sinalizam uma transformação significativa no cenário político do país, marcada pelo ressurgimento de discursos e imaginários políticos que lembram a ditadura militar (1964-1985). Este estudo examina os mecanismos que sustentam essa mudança por meio de duas abordagens etnográficas complementares: (1) uma análise de grupos do WhatsApp e do Telegram e (2) um exame de canais de vídeo de extrema-direita no YouTube. Argumentamos que, ao controlar estrategicamente o fluxo de informações em milhares de grupos digitalmente segmentados, a extrema-direita conseguiu mobilizar o trabalho midiático, o qual foi subsequentemente monetizado através das estruturas de incentivo das plataformas das big techs que operam no contexto do capitalismo de vigilância. Com base na conceituação de poder estrutural de Eric Wolf, argumentamos que esse processo constitui uma consolidação da influência política por meio da articulação do poder organizacional. Além disso, destacamos como um sistema midiático fundamentalmente estruturado em torno do capitalismo de vigilância fomenta a erosão democrática, exemplificada pela guinada conservadora no Brasil e pelo ressurgimento de uma estrutura ideológica que concebe a sociedade como uma ordem hierárquica na qual

grupos subalternos devem ser assimilados ou eliminados. Essa lógica, enraizada nas práticas autoritárias da ditadura, é reconfigurada dentro de infraestruturas digitais contemporâneas que facilitam a naturalização da violência contra modos de vida não-ocidentais. Em vez de fomentar a pluralidade democrática, esse sistema opera em contradição com os princípios do florescimento humano. No contexto brasileiro, o estabelecimento do capitalismo de vigilância nos sistemas de informação jornalística desempenhou um papel crucial na mobilização de apoio a políticas de exclusão e submissão.

Palavras-chave: florescimento humano; capitalismo de vigilância; mídia social; extrema-direita; desinformação; ideologia

### **Abstract**

The emergence of Jair Bolsonaro and Brazil's broader ideological shift toward the far right signal a significant transformation in the country's political landscape, marked by the resurgence of discourses and political imaginaries reminiscent of the military dictatorship (1964–1985). This study examines the mechanisms underpinning this shift through two complementary ethnographic approaches: (1) an analysis of WhatsApp and Telegram chat groups, and (2) an examination of far-right video channels. We argue that by strategically controlling the flow of information within thousands of digitally segmented discussion groups, the far right was able to mobilize media labor, which was subsequently monetized through the incentive structures of Big Tech platforms operating within the framework of surveillance capitalism. Drawing on Eric Wolf's conceptualization of structural power, we contend that this process constitutes a consolidation of political influence through the articulation of organizational power. Furthermore, we highlight how a media system fundamentally structured around surveillance capitalism fosters democratic erosion, exemplified by Brazil's conservative turn and the resurgence of an ideological framework that envisions society as a hierarchical order in which subaltern groups must either be assimilated or eliminated. This logic, rooted in the dictatorship's authoritarian practices, is reconfigured within contemporary digital infrastructures that facilitate the naturalization of violence against non-Western ways of living. Rather than fostering democratic plurality, this system operates in contradiction to the principles of human flourishing. In the Brazilian context, the establishment of surveillance capitalism into journalistic information systems played a crucial role in mobilizing support for policies of exclusion and submission.

Keywords: human flourishing, surveillance capitalism, social media, far-right,

misinformation, ideology

## Resumen

La ascensión de Jair Bolsonaro y el amplio giro ideológico de Brasil hacia la extrema derecha señalan una transformación significativa en el escenario político del país, marcada por el resurgimiento de discursos e imaginarios políticos que evocan la dictadura militar (1964–1985). Este estudio examina los mecanismos que sostienen este cambio a través de dos enfoques etnográficos complementarios: (1) un análisis de grupos de WhatsApp y Telegram y (2) un examen de canales de video de extrema derecha en YouTube. Sostenemos que, al controlar estratégicamente el flujo de información en miles de grupos digitalmente segmentados, la extrema derecha logró movilizar el trabajo mediático, que posteriormente fue monetizado a través de las estructuras de incentivos de las plataformas de las big tech que operan en el contexto del capitalismo de vigilancia. Con base en la conceptualización del poder estructural de Eric Wolf, argumentamos que este proceso constituye una consolidación de la influencia política mediante la articulación del poder organizacional. Además, destacamos cómo un sistema mediático fundamentalmente estructurado en torno al capitalismo de vigilancia fomenta la erosión democrática, ejemplificada por el giro conservador en Brasil y por el resurgimiento de una estructura ideológica que concibe la sociedad como un orden jerárquico en el que los grupos subalternos deben ser asimilados o eliminados. Esta lógica, arraigada en las prácticas autoritarias de la dictadura, es reconfigurada dentro de infraestructuras digitales contemporáneas que facilitan la naturalización de la violencia contra modos de vida no occidentales. En lugar de fomentar la pluralidad democrática, este sistema opera en contradicción con los principios del florecimiento humano. En el contexto brasileño, el establecimiento del capitalismo de vigilancia en los sistemas de información periodística desempeñó un papel crucial en la movilización de apoyo a políticas de exclusión y subordinación.

Palabras clave: florecimiento humano; capitalismo de vigilancia; redes sociales; extrema derecha; desinformación; ideología.

## Introdução

A ascensão política da extrema-direita na última década tem sido amplamente atribuída ao uso de novas plataformas de comunicação baseadas na Internet (Melnikov, 2021; Deri, 2019; Kubin & von Sikorski, 2021; Barbabela et al, 2024). No Brasil, a ascensão do grupo político associado ao ex-presidente Jair Bolsonaro reflete essa tendência. Esse fenômeno pode ser analisado considerando o declínio da influência dos meios de comunicação tradicionais (Evangelista e Mesquita, 2019; Machado, 2018) e a exploração estratégica das potencialidades específicas das plataformas de mídia social (Cesarino, 2020).

No contexto brasileiro, além das vitórias eleitorais da extrema-direita, como em 2018, ou de sua força competitiva demonstrada, como visto nas eleições de 2022, uma transformação nos valores expressos pelo eleitorado é evidente. Estudos recentes apontam para uma crescente adesão a ideias conservadoras, refletindo mudanças culturais que contrastam com os governos liberal-progressistas que lideraram o país até 2016 (Moreira & Rennó, 2024; Singer, 2022). Após um período prolongado sob ditadura militar (1964-1984), o Brasil foi governado de 1994 a 2016 por governos amplamente caracterizados como liberais — embora os conservadores mantivessem uma presença estável no poder legislativo. De 1995 a 2003, o Brasil foi presidido por Fernando Henrique Cardoso, um intelectual com raízes marxistas, que implementou políticas econômicas neoliberais, enfatizando a integração política e econômica do país à economia global. Em 2003, o Brasil elegeu um ex-líder sindical apoiado por uma coalizão diversificada de partidos, a maioria dos quais defendia uma forte agenda progressista em questões como direitos sexuais, raciais e ambientais. Essa coalizão se expandiu ainda mais em 2011, elegendo a primeira mulher presidenta do Brasil, Dilma Rousseff. A economista foi reeleita em 2014, embora seu mandato tenha sido abreviado por um processo de impeachment que alguns autores classificam como um golpe (Santos e Guarnieri, 2016).

Além dos sucessos eleitorais isolados dos conservadores, o processo de impeachment de Dilma Rousseff, somado à expansão da base eleitoral da extrema-direita, aponta para uma dinâmica mais complexa do que a mera produção de desinformação para fins eleitorais imediatos. A organização e o uso da comunicação digital pela extrema-direita como estratégia eleitoral se desenrolaram paralelamente a uma mudança conservadora nas opiniões políticas dos brasileiros. Moreira e Rennó (2024) observam esse processo, que buscamos explicar por meio da análise de estratégias específicas utilizadas em plataformas digitais. Embora não propomos uma relação causal exclusiva entre esses

fenômenos, este artigo levanta a hipótese de efeitos culturais mais profundos das táticas eleitorais digitais da extrema-direita, resultando em um aumento de atitudes conservadoras. Essa mudança é tão profunda que, no contexto das duas últimas eleições federais brasileiras, apenas alguns candidatos progressistas ao Congresso conseguiram garantir assentos. Enquanto isso, a adesão à retórica conservadora se traduziu em maior apoio eleitoral na maior parte dos casos, independentemente do uso de estratégias de comunicação digital.

O objetivo aqui é discutir como arranjos comunicacionais complexos — que apresentam estratégias únicas, adaptadas a um conjunto específico de plataformas digitais, mas que operam por meio de um mecanismo descritível e sistemático — podem ter efeitos mais amplos na cultura política de uma sociedade. É importante enfatizar que essas ações políticas não ocorrem no vácuo, mas sim em plataformas digitais com recursos específicos, que são concebidos e operam no âmbito de um modelo de negócio centrado na exploração comercial de dados, obtidos através da vigilância eletrônica (Srnicek, 2016; Zuboff, 2019; Couldry & Mejias, 2019).

Para abordar essa tarefa, aprofundamo-nos em conceitos como poder estrutural e poder organizacional, que nos ajudam a compreender como a capacidade de organizar contextos comunicacionais pode estar conectada ao fortalecimento de uma modalidade mais ampla de poder. Essa maneira de conceituar diferentes formas de poder foi desenvolvida pelo antropólogo Eric Wolf (1999), cujo trabalho, embora enraizado no século XX e não abordando diretamente a comunicação baseada na Internet, concentrou-se extensivamente nas interseções entre cultura, comunicação, poder e ideologia. Ao mesmo tempo, é crucial compreender o ambiente mais amplo em que esses atores políticos operam, o que inclui examinar os diversos incentivos para a produção de conteúdo em plataformas de mídia social. Em nossa opinião, um dos principais fatores por trás do sucesso da extrema-direita brasileira tem sido sua capacidade de aproveitar os incentivos econômicos para a produção e publicação de conteúdo oferecidos pelas principais plataformas para promover uma agenda político-ideológica específica — uma dinâmica que exploraremos com mais detalhes posteriormente neste texto. Nesse contexto, a vigilância desempenha um papel fundamental, tanto no exercício de controle e influência sobre usuários e criadores de conteúdo, quanto como elemento fundamental do modelo de negócios das plataformas de mídia social (Zuboff, 2019).

A utilidade desses conceitos reside no que eles oferecem como ferramentas para iluminar

problemas concretos de pesquisa. Neste caso, o objetivo é compreender os efeitos da atuação da extrema-direita brasileira na Internet sobre o posicionamento político-ideológico do eleitorado. Estudos quantitativos baseados em *surveys* sugerem que o bolsonarismo reativou o conservadorismo brasileiro durante a eleição de 2018, suprimindo predisposições ideológicas de esquerda observadas em anos anteriores (Singer, 2022). Outros estudos, utilizando dados semelhantes, indicam que pode ter havido uma mudança no posicionamento dos eleitores ao longo da campanha, alinhando-os às ideias promovidas pelo candidato de extrema-direita (Moreira & Rennó, 2024). Acreditamos que nosso campo de pesquisa empírica pode oferecer novos *insights* para a compreensão dessa questão.

Esta pesquisa empregou uma metodologia enraizada na etnografia complexa (Plows, 2018), uma estrutura desenvolvida para contextos marcados por incerteza, complexidade e potencial trauma, como aqueles que envolvem crimes de guerra e violações de direitos humanos. Essa abordagem enfatiza a navegação por dilemas éticos, a gestão da dinâmica pesquisador-participante e o engajamento com a fluidez das realidades sociais. Entre 2018 e meados de 2021, conduzimos uma imersão em grupos de bate-papo de extrema-direita nos aplicativos de mensagens WhatsApp e Telegram. Esses grupos foram fundamentais para a estratégia de comunicação política da extrema-direita. De dentro desses grupos, monitoramos e analisamos a disseminação de conteúdo politicamente carregado, incluindo memes e narrativas que atacam valores e instituições de direitos humanos. Além disso, entre 2020 e 2022, investigamos os mecanismos pelos quais determinado conteúdo ganhou força e se tornou viral, influenciando posteriormente algoritmos em plataformas como o YouTube. Esses algoritmos, moldados por recomendações orientadas pela vigilância, amplificaram ainda mais narrativas específicas, revelando uma interação complexa entre aplicativos de mensagens e plataformas digitais mais amplas.

A segunda frente de pesquisa emergiu da análise de 11 canais de extrema-direita do YouTube (Mesquita, 2024). Anunciados como canais "sem fake news" por um membro de um dos grupos de bate-papo do WhatsApp que monitorávamos, esses canais exploram certos recursos da plataforma do YouTube para ampliar o alcance de suas mensagens e colaborar entre si na produção de vídeos, assemelhando-se aos padrões identificados por Rebecca Lewis (2018). Nossas descobertas indicam que criadores de conteúdo emergentes e sites que se apresentam como veículos de notícias legítimos reconheceram e alavancaram uma oportunidade de negócios possibilitada pela dinâmica da plataforma

do YouTube e pela estratégia eleitoral da coalizão de extrema-direita. Muitos desses canais, que antes se concentravam em entretenimento leve ou notícias sobre celebridades, mudaram seu conteúdo para atrair públicos de extrema-direita. Essa mudança estratégica resultou em um aumento substancial em sua audiência.

Nossa pesquisa revela um amplo ecossistema de produtores de conteúdo alinhados aos temas e posicionamentos expressos por apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro. Esse alinhamento cria uma câmara de eco significativa para o discurso da extrema-direita em grupos de bate-papo e em espaços digitais mais amplos. É importante ressaltar que essas produções midiáticas não dependem necessariamente de financiamento direto de grupos de extrema-direita; em vez disso, seus lucros são gerados por meio de mecanismos de monetização fornecidos pelas próprias plataformas.

Nossa análise explora a relação entre dois tipos distintos de plataformas de comunicação: aplicativos de mensagens e uma plataforma de publicação e monetização de vídeos. Destacamos a interação entre essas duas na execução de uma estratégia política com objetivos eleitorais. Por meio dessa estratégia, identificamos o recrutamento de profissionais da mídia em apoio ao discurso conservador, o que pode ter contribuído para moldar a dinâmica ideológica contemporânea do Brasil. Explicaremos posteriormente como, em nossa perspectiva, a atual estrutura de incentivos para a produção de conteúdo político mina os princípios do florescimento humano, uma vez que beneficia desproporcionalmente grupos sociais com maior controle organizacional sobre a comunicação — sejam grandes empresas de tecnologia ou grupos políticos que buscam objetivos eleitorais e promovem uma agenda nitidamente reacionária.

### **Contexto político brasileiro e a ascensão de Bolsonaro à presidência**

A transição do Brasil para a presidência de Bolsonaro emergiu de uma complexa interação de estruturas institucionais e dinâmicas políticas. O sistema republicano federativo do país opera por meio de estados relativamente independentes, concentrando poder significativo em instituições federais. Seu modelo presidencialista, com voto obrigatório e sistema eleitoral em dois turnos, exige que os candidatos obtenham maioria por meio de vitória absoluta no primeiro turno (50% mais um voto) ou segundo turno. Esse sistema incentivou historicamente a formação de amplas coalizões, como evidenciado pelos padrões de governança de 1994 a 2016.

Durante esse período, o Brasil manteve a estabilidade por meio de coalizões pragmáticas

que, embora carentes de forte coesão ideológica, administraram eficazmente as operações governamentais. O Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) ocupou a presidência de 1994 a 2002, demonstrando uma evolução ideológica de posições de centro-esquerda para centro-direita, mantendo, ao mesmo tempo, posturas progressistas moderadas em relação aos direitos civis. Essa mudança se intensificou após 2010, à medida que o partido incorporava elementos mais conservadores, defendendo uma aplicação mais rigorosa da lei e valores morais tradicionais, em parte em resposta à movimentação do Partido dos Trabalhadores (PT) em direção ao centro político, sob a liderança de Luiz Inácio Lula da Silva.

A dinâmica do Congresso durante esse período foi caracterizada pela influência regional, em vez de compromisso ideológico, com muitos representantes emergindo de facções menores conhecidas como "baixo clero". Esses grupos parlamentares frequentemente se envolviam em clientelismo e nepotismo (Hunter & Power, 2005), contribuindo para um sistema político altamente fragmentado, marcado por frequentes trocas partidárias e fraca coerência ideológica entre os partidos menores. Os custos substanciais das campanhas políticas, historicamente financiadas por contribuições do setor privado, perpetuavam padrões de corrupção e práticas clientelistas.

O equilíbrio político começou a dar sinais de desgaste durante o segundo mandato de Lula, à medida que alegações de corrupção envolvendo altos funcionários intensificaram o escrutínio da mídia. Apesar da popularidade duradoura de Lula entre os eleitores da classe trabalhadora, uma cobertura midiática tendenciosa fomentou um crescente sentimento antipetista (Carvalho, 2016), particularmente entre os eleitores de classe média. Essa tendência se acelerou sob o governo de Dilma Rousseff, com sua reeleição apertada em 2014 expondo profundas divisões sociais em termos regionais e de classe (Vale, 2015).

A estabilidade econômica do Brasil também começou a se deteriorar durante o primeiro mandato de Dilma, iniciado em 2011. Apesar da resiliência inicial à crise financeira global de 2008, políticas voltadas ao estímulo ao consumo interno por meio de isenções de impostos industriais acabaram contribuindo para níveis insustentáveis da dívida pública. Esses desafios econômicos atraíram fortes críticas de analistas neoliberais e comentaristas da mídia, exacerbando as tensões políticas existentes.

Os protestos de 2013, a versão brasileira da Primavera Árabe, marcaram uma virada crucial na trajetória política do Brasil. Inicialmente desencadeados pelo aumento da tarifa

de ônibus em São Paulo, esses protestos se expandiram rapidamente após a violência policial contra os manifestantes, com as plataformas de mídia social facilitando a solidariedade nacional. Os protestos evoluíram de queixas específicas sobre a brutalidade policial para críticas mais amplas à corrupção política e ao desempenho do governo federal, sinalizando o crescente descontentamento da classe média com o PT, particularmente nas regiões industrializadas do Sul e Sudeste.

Escândalos de corrupção subsequentes durante o governo Dilma minaram ainda mais a confiança pública. A revelação de extensos esquemas de corrupção envolvendo membros do PT e aliados desencadeou enormes manifestações de rua, amplificadas pela intensa cobertura da mídia (Davis & Straubhaar, 2019). Embora inicialmente esses protestos compartilhassem o caráter antissistema dos movimentos de 2013, eles se alinharam cada vez mais às demandas da direita pelo impeachment de Dilma, sob uma bandeira anticorrupção.

Em 2016, o apoio a Dilma Rousseff no Congresso havia desabado completamente. Seu impeachment, embora oficialmente baseado em má gestão orçamentária (bastante comum em governos anteriores) e não em alegações de corrupção pessoal, marcou uma ruptura significativa na estabilidade política do Brasil. Essa transição não conseguiu resolver as tensões subjacentes, pois as investigações de corrupção continuaram a implicar inúmeras figuras políticas, incluindo membros do PSDB que haviam apoiado o processo de impeachment.

O governo interino pós-impeachment de Michel Temer, membro do centrista e ideologicamente flexível Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), estabeleceu laços fortes com o PSDB, mas não conseguiu restaurar a confiança da população. Esse período de instabilidade criou uma oportunidade inesperada para Jair Bolsonaro, um deputado marginal do pequeno Partido Social Liberal (PSL), com uma carreira parlamentar de 30 anos abrangendo nove diferentes filiações partidárias.

A ascensão de Bolsonaro à proeminência rompeu bruscamente com as convenções políticas brasileiras estabelecidas. Apesar de sua retórica inflamada, incluindo declarações amplamente consideradas misóginas e racistas, ele conquistou com sucesso um apoio público substancial por meio das plataformas de mídia social. Sua estratégia de campanha contornou efetivamente as estruturas políticas convencionais, demonstrando a relevância cada vez menor dos canais de mídia tradicionais na política brasileira. Essa mudança foi particularmente notável dada a dependência histórica do Brasil do tempo de

transmissão da televisão e do rádio para campanhas presidenciais.

Essa transformação do cenário político brasileiro ilustra a relação em evolução entre as tecnologias de comunicação digital e a mudança política nas democracias contemporâneas. A erosão das estruturas partidárias estabelecidas, combinada com o surgimento de novos canais de mobilização política e disseminação de mensagens, revelou como as plataformas digitais podem facilitar a ascensão de outsiders políticos, mesmo dentro do sistema tradicionalmente dependente de coalizões no Brasil. Essa mudança ocorreu no contexto da trajetória pós-ditadura brasileira de governança democrática liberal e integração com instituições globais, marcando um afastamento significativo dos padrões anteriores de sucessão política e estratégias de campanha de comunicação dependentes do tempo de transmissão do horário eleitoral gratuito <sup>1</sup>(que historicamente desempenhou um papel decisivo nas campanhas presidenciais) e a cobertura da mídia tradicional.

### **Campanha digital permanente de Bolsonaro**

Embora vários candidatos tenham incorporado estratégias digitais em suas campanhas desde a eleição presidencial de 2010, a coalizão política de Bolsonaro foi a primeira a priorizar as operações digitais como seu principal canal de campanha. Essa escolha estratégica foi parcialmente motivada pela necessidade, dadas as restrições iniciais de recursos e o acesso limitado à mídia tradicional, e, principalmente, ao limitado tempo de transmissão gratuito de televisão e rádio, crucial para as campanhas presidenciais brasileiras até então. No entanto, essa abordagem que priorizou o digital coincidiu e capitalizou com a expansão mais ampla dos movimentos de direita alternativa brasileira nas plataformas de mídia social ao longo da década de 2010.

Essas redes emergentes de alt-right englobavam grupos diversos, desde movimentos monarquistas – que ganharam mais tarde alguma influência dentro do governo Bolsonaro – até os jovens neoliberais do Movimento Brasil Livre (MBL). O MBL, que desempenhou um papel significativo na mobilização de apoio ao impeachment de Dilma Rousseff nas redes sociais, conseguiu eleger vários representantes para o Congresso com votos expressivos, apesar de não ser um partido político. Entre essas figuras influentes da alt-right estava também Olavo de Carvalho, um filósofo conservador conhecido por promover narrativas conspiratórias, que emergiu como uma influência intelectual fundamental sobre os filhos de Bolsonaro e sua ideologia política.

Apesar de sua carreira política de três décadas, Bolsonaro permaneceu uma figura secundária até 2011, conhecido principalmente no Rio de Janeiro e apoiado por eleitores militares e favoráveis ao policiamento repressivo. Sua proeminência nacional emergiu por meio de aparições em programas como o CQC (um programa de TV que misturava humor e notícias políticas), onde suas declarações polêmicas, incluindo comentários homofóbicos e racistas e elogios à ditadura militar brasileira, geravam tanto ridículo quanto debate. Embora inicialmente tratado como conteúdo cômico, Bolsonaro ganhou cada vez mais tempo no ar e legitimidade à medida que sua popularidade com o público crescia, tornando-se uma presença recorrente em programas de variedades de TV que amplificaram seu apelo aos espectadores mais jovens por meio do humor politicamente incorreto. Sua imagem como um deputado franco e polêmico, repercutiu em segmentos da emergente direita alternativa brasileira e em subculturas da Internet semelhantes às de sites como o 4chan (Nagle, 2017). Essa persona foi estrategicamente utilizada nas mídias sociais, particularmente por meio de sua página no Facebook, lançada em 2013, onde os administradores efetivamente alavancaram sua retórica controversa para consolidar sua posição como símbolo de iconoclastia e conservador (Carlo e Kamradt, 2018). Dentro do ecossistema da alt-right brasileira, Bolsonaro emergiu como a figura com maior viabilidade eleitoral, construindo pontes entre diferentes grupos.

Como argumenta Cesarino (2019), a liderança carismática frequentemente emerge de fora do establishment político, apresentando-se como uma força capaz de restaurar a ordem em um sistema percebido como irreversivelmente corrupto. No Brasil, essa dinâmica ficou evidente nos anos que antecederam as eleições de 2018, moldada por eventos como os protestos de 2013, a ascensão de um suposto movimento anticorrupção e a Operação Lava Jato. Tudo isso contribuiu para uma atmosfera de crise moral e política que foi ativamente amplificada pela mídia digital, particularmente o WhatsApp.

A campanha eleitoral digital de Bolsonaro adotou uma estratégia mais definida em 2018. Enquanto os grupos de extrema-direita brasileiros mantinham sua intensa atividade nas redes sociais abertas, a campanha desenvolveu uma extensa rede de grupos no WhatsApp capazes de distribuir e reunir conteúdo aparentemente de forma descentralizada e orgânica (Santos et al., 2019). Ao final da eleição, o WhatsApp havia se tornado reconhecido como o principal canal de comunicação da campanha e um vetor-chave para a desinformação (Melo, 2018), operando tanto por meio de mensagens diretas aos eleitores quanto por meio de grupos de bate-papo. Um elemento-chave dessa estratégia digital foi o uso de memes para banalizar e legitimar a retórica violenta contra

opponentes políticos e grupos marginalizados (Fernández-Villanueva e Bayarri-Toscano, 2021). Nos grupos de bate-papo no WhatsApp, esses memes circularam amplamente, reforçando as narrativas bolsonaristas e moldando a percepção pública.

Em um artigo publicado em 2019, Evangelista e Bruno coletaram dados derivados de pesquisas em ciência da computação, artigos de jornais e seu próprio trabalho etnográfico (2019). Naquela época, a pesquisa apresentou um cenário focado no período eleitoral. No entanto, a investigação etnográfica continuou até meados de 2021, estendendo seu escopo para incluir o período imediatamente posterior à eleição e o surgimento e desenvolvimento da pandemia de COVID-19. Durante esse período, ocorreram vários eventos importantes que reforçaram o apoio político a Bolsonaro, incluindo a própria pandemia (Díaz & Ricaurte, 2024), a campanha de reeleição de Donald Trump e vazamentos relacionados à Operação Lava-Jato — a força-tarefa responsável por investigar as principais acusações de corrupção contra o Partido dos Trabalhadores (PT). Esses vazamentos levaram à libertação de Luiz Inácio Lula da Silva da prisão, que mais tarde venceu a eleição presidencial de 2022.

No início, em 2018, nossa pesquisa se concentrou principalmente no WhatsApp. O aplicativo de mensagens instantâneas está instalado em 95% dos celulares no Brasil e, progressivamente, tornou-se o que alguns estudiosos classificam como um superaplicativo (Vezzoso, 2024). No Brasil, ele permite que os usuários enviem mensagens gratuitamente e não consome dados nos planos de acesso à internet mais populares, uma prática conhecida como política de taxa zero. Dados com taxa zero referem-se a dados que não são contabilizados no limite de dados do usuário (Galpaya, 2017).

Um evento importante ocorrido antes das eleições de 2018, que ajuda a ilustrar a importância política do WhatsApp, foi uma greve/lockout, organizada por caminhoneiros em maio de 2018. Frustrados com as flutuações quase diárias nos preços dos combustíveis, caminhoneiros autônomos e empresas de logística iniciaram um protesto que levou a uma paralisação prolongada e economicamente prejudicial no país (Demori & Locatelli, 2018). Usando o WhatsApp como principal ferramenta de comunicação, os motoristas organizaram bloqueios em grandes rodovias, interrompendo gravemente o fornecimento de bens, incluindo combustível e alimentos (Rossi, 2018). Associações de extrema-direita se infiltraram nesses grupos online, enfatizando pontos centrais da ideologia bolsonarista, como o militarismo ou a possibilidade de um golpe militar para

remover políticos tradicionais do poder, particularmente figuras de esquerda, acusadas de corrupção. Nossa pesquisa começou investigando esses grupos e, com o início do período eleitoral, observamos sua transformação em canais alinhados às campanhas de candidatos de extrema-direita.

Durante a campanha de 2018, jornalistas reuniram evidências de que grupos do WhatsApp estavam acostumados a práticas semelhantes à microsegmentação. Audi e Dias (2018) exploraram os intrincados mecanismos de ferramentas de software empregadas em propaganda política, que monitoram diversos grupos sociais — não se limitando a grupos demográficos com inclinações políticas — para identificar potenciais eleitores e apoiadores. Essas ferramentas analisam o humor e a receptividade dos usuários às mensagens da campanha, adaptando as comunicações para públicos específicos. Por exemplo, a estratégia de mensagens para um homem diabético de 60 anos de São Paulo difere daquela para uma mulher de baixa renda do Nordeste. O software WNL, empregado nas eleições brasileiras de 2018, exemplifica essa estratégia ao supervisionar e distribuir conteúdo em mais de 100 grupos do WhatsApp, que vão de fóruns de saúde a torcidas organizadas de futebol e redes de motoristas da Uber. Essas interações são meticulosamente segmentadas com base nas reações dos usuários — categorizadas como positivas, neutras ou negativas. Os respondentes positivos recebem materiais de campanha afirmativos, os neutros encontram conteúdo que se opõe a candidatos rivais e os respondentes negativos são alvos de materiais que apelam aos seus valores fundamentais, como família e religião, para fomentar a aversão a candidatos adversários. Por meio de monitoramento em tempo real e rastreamento de palavras-chave, os usuários são classificados em grupos temáticos como igreja, família ou comunismo, permitindo uma entrega precisa do conteúdo. Essa segmentação destaca a intersecção sutil entre vigilância digital e manipulação eleitoral.

Resende et al. (2019) investigaram a disseminação de desinformação no WhatsApp durante a greve dos caminhoneiros no Brasil e as eleições de 2018, analisando 141 grupos durante a greve e 364 durante as eleições. Esses grupos públicos, acessíveis por meio de URLs compartilhadas, foram selecionados com base em palavras-chave políticas. O estudo revelou que, embora apenas 1% das imagens compartilhadas contivessem desinformação, essas imagens alcançaram 44% dos grupos monitorados e foram compartilhadas oito vezes mais frequentemente do que imagens verdadeiras. A maioria das imagens de desinformação teve origem no WhatsApp (35%) ou apareceu simultaneamente no WhatsApp e na web (20%), contrastando com o conteúdo não

verificado – por agências de checagem de fatos –, que se originou predominantemente online. Isso sugere que o WhatsApp serviu como uma plataforma primária de disseminação de desinformação. Resende et al. também identificaram uma estrutura centralizada no fluxo de desinformação, com grupos de grupos e usuários interconectados atuando como hubs ou pontes, indicando um comportamento semelhante ao de plataformas de mídia social. Tais descobertas sugerem que esses grupos podem ser gerenciados centralmente, embora essa coordenação permaneça invisível para usuários comuns.

Com base na análise das discussões em grupos do WhatsApp e do Telegram, Evangelista e Bruno (2019) afirmam que a campanha de Jair Bolsonaro utilizou os aplicativos para entregar mensagens visando exacerbar sentimentos políticos de *antipetismo* (Davis & Straubhaar, 2019) e adicionou a eles elementos muito mais conservadores no campo moral (antifeminismo e anti-LGBT), que trouxeram de volta temas da época da ditadura militar (anticomunismo). Evangelista e Bruno (2019) afirmam que “há evidências suficientes de que o recurso de grupos de bate-papo do WhatsApp foi instrumentalizado por apoiadores de Bolsonaro”, e que o uso desses grupos foi adicionado ao serviço de empresas terceirizadas para realizar metas de marketing de micro segmentação.

Descritos como uma “estrutura de vigilância construída sobre um serviço de mensagens em grupo que supostamente usa criptografia para proteger a privacidade de seus usuários” (Evangelista & Bruno, 2019), os grupos de mensagens se tornaram a espinha dorsal dos esforços de comunicação da extrema-direita. Nosso monitoramento desses grupos — principalmente no WhatsApp, mas cada vez mais no Telegram — nos permitiu observar a coordenação entre certos membros do grupo de bate-papo para controlar narrativas e gerenciar o fluxo de conteúdo. É importante ressaltar que, como observado por Resende et al. (2019) e Evangelista e Bruno (2019), alguns indivíduos aparecem em vários grupos de bate-papo, formando uma rede oculta de influência e gerenciamento. Essa coordenação nos bastidores permanece invisível para os usuários comuns. Além disso, é crucial destacar que esses grupos de bate-papo se tornaram fontes diárias de notícias para seus usuários, assim como seu engajamento com as redes sociais digitais.

A ação coordenada levantou algumas questões sobre a capacidade da extrema-direita de controlar o fluxo de informações em milhares de grupos de bate-papo e o impacto disso em outras redes sociais. Ter controle sobre a estrutura de rede que opera em aplicativos

de mensagens significa ter o poder de impulsionar determinados conteúdos para torná-los virais. Esses conteúdos de vídeos, áudios ou textos podem ser enviados diretamente para as plataformas de mensagens. Ou podem ser hospedados em outras plataformas, como YouTube, Facebook ou até mesmo a web. Impulsionar conteúdo para viralizar em grupos de bate-papo impacta o algoritmo em plataformas como o YouTube. Quando o algoritmo detecta conteúdo com demanda crescente, ele percebe esta popularidade maior e começa a promovê-lo usando as ferramentas da plataforma. O público da plataforma é monitorado e recebe sugestões de conteúdo com base em seu potencial interesse. Assim, temos duas camadas de vigilância e sugestão de conteúdo trabalhando em sinergia.

### **Recrutamento de mão de obra para a mídia**

Nosso próximo passo foi analisar canais brasileiros do YouTube associados à extrema-direita (Mesquita, 2024). Começamos referenciando o trabalho de Rebecca Lewis (2018), que identificou e analisou o conteúdo publicado por um grupo de criadores de vídeos de direita dos EUA no YouTube. Esses criadores possuem uma gama de posições políticas, abrangendo do conservadorismo tradicional à extrema-direita. O que os conecta, além de uma hostilidade geral à esquerda, são as colaborações frequentes na produção de vídeos, que criam uma rede de mídia alternativa que reforça sua mensagem ideológica.

Segundo Lewis (2018), esses criadores de vídeos podem ser considerados influenciadores digitais — ou seja, indivíduos capazes de moldar a opinião pública por meio de uma imagem pessoal construída online. Seu relatório indica que esses influenciadores empregam as mesmas técnicas utilizadas por seus colegas não políticos para expandir e cultivar seu público. No entanto, em vez de usar essas técnicas para promover produtos e serviços, esses criadores as utilizam para promover sua ideologia política. Assim como outros influenciadores, os donos de canais de direita examinados na pesquisa de Lewis constroem sua credibilidade por meio de um relacionamento transparente com seu público, marcado por interações constantes que fortalecem uma imagem de autenticidade e familiaridade.

Ao examinar o conteúdo compartilhado em grupos de bate-papo do WhatsApp, observamos que, mesmo o conteúdo da mídia tradicional estando presente, a maioria era proveniente de veículos não tradicionais que funcionavam como mídia partidária. Embora esses veículos imitassem frequentemente a estética e o formato do jornalismo tradicional, eles não aderiam aos padrões jornalísticos estabelecidos. Shultziner e Stukalin (2019) demonstram que veículos de mídia partidários tentam imitar a estética e os formatos do

jornalismo tradicional, mas não aderem aos padrões jornalísticos estabelecidos. Essa imitação permite que esses veículos apresentem narrativas tendenciosas sob o pretexto de reportagens objetivas, influenciando assim a percepção pública e comprometendo a integridade jornalística. Um canal em particular que nos chamou a atenção foi o “Top Tube Famosos”. O nome do canal chamou a atenção por contrastar com o tema abertamente político dos vídeos. Essa denominação sugeria o seu foco original, indicando um caminho evolutivo que será explorado em detalhe adiante.

Outros canais que apareceram listados na barra lateral do “Top Tube Famosos”, por sua vez, também continham barras laterais com links para outros canais semelhantes e ideologicamente alinhados. Identificamos um total de 11 canais<sup>3</sup>, que juntos acumularam uma grande audiência e alcance significativo. Nem todos os canais eram explicitamente políticos; os canais “Curiosidade Mais”, “No Entanto” e “Estúdio Futebol Esportes” apresentavam conteúdo que poderia ser categorizado como entretenimento, religião e esportes, respectivamente.

O canal mais assistido da rede investigada, tanto em termos de visualizações quanto de inscritos, é o canal “Top Tube Famosos”, criado em 23 de outubro de 2014. Apesar do nome, publica predominantemente conteúdo político. Conteúdo sobre celebridades, curiosidades e ufologia nunca ganhou força significativa, com visualizações raramente ultrapassando 5.000 por vídeo. O conteúdo político, no entanto, se destaca, com uma média de 60.000 visualizações por vídeo. Com o tempo, o criador passou a publicar conteúdo mais político e, a partir de março de 2018, concentrou-se exclusivamente no tema. No auge de sua audiência, entre o final de 2018 e o início de 2019, o Top Tube Famosos acumulou mais de 14 milhões de visualizações por mês.

O Top Tube Famosos foi o nó central da rede investigada, ocupando a 23ª posição na categoria “notícias e política” no Brasil em termos de assinantes, segundo dados do site NoxInfluencer em 2020 (Noxinfluencer, 2020). Outros canais da rede também apareceram neste ranking, como “Brasil Acima de Tudo” (60º lugar), “Visão Panorâmica” (76º lugar) e “Reflexão News” (122º lugar).

Dos canais analisados, examinamos uma amostra de 151 vídeos, compreendendo 10% do canal central (“Top Tube Famosos”) e 1% da rede restante, abrangendo o período de janeiro de 2018 a fevereiro de 2021 (Mesquita, 2024). Dentro dessa amostra, gostaríamos de destacar algumas estratégias recorrentes que visam atrair simultaneamente o grupo político bolsonarista – que controlava as redes de grupos de WhatsApp capazes de ampla

circulação do material – e os algoritmos responsáveis pela monetização e distribuição de conteúdo na plataforma YouTube.

Os vídeos apresentavam uma produção audiovisual relativamente simples, o que facilitava a produção em massa. A maioria deles se concentrava em controvérsias políticas cotidianas, muitas das quais decorrentes de disputas políticas envolvendo o então presidente. O material utilizado para os comentários era proveniente de fontes externas, seja de veículos de comunicação tradicionais ou de outros criadores de conteúdo bolsonarista. A duração média dos vídeos dos canais estudados variou entre 10 e 15 minutos. Segundo o próprio YouTube (Google, n.d.), vídeos com duração de oito minutos ou mais podem incluir anúncios automáticos "mid-roll", ou seja, comerciais normalmente exibidos no meio do vídeo. Os apresentadores fizeram esforços deliberados para estender artificialmente a duração do vídeo por meio da repetição e enfatizando a natureza supostamente "explosiva" do tópico, adiando sua revelação completa até que o vídeo atingisse a duração mínima exigida para veiculação de anúncios. No monitoramento sistemático que realizamos dos grupos de bate-papo bolsonaristas durante as eleições de 2018, a iminência de um golpe militar foi um dos temas mais proeminentes entre os vídeos compartilhados nesses grupos. O tema ressurgiu com intensidade significativa durante a transição entre os governos Bolsonaro e Lula.

Além disso, vale mencionar o uso frequente de anúncios de produtos duvidosos — desde curas milagrosas para calvície até pirâmides financeiras — como estratégia de geração de receita. Esses anúncios eram frequentemente veiculados diretamente pelos apresentadores ou incluídos nas descrições dos vídeos.

A afinidade ideológica dos criadores de conteúdo com o projeto político bolsonarista explica, em parte, a seleção dos temas dos vídeos e seu viés político. No entanto, os incentivos econômicos oferecidos pela plataforma também parecem ter desempenhado um papel significativo, como evidenciado pela mudança de alguns canais para conteúdo político. O criador do canal "Top Tube Famosos", na época focado em notícias sobre celebridades, participou de reuniões realizadas entre 2014 e 2016 na sede do Google Brasil, juntamente com outros criadores de conteúdo de direita. Nessas reuniões, eles receberam orientações sobre como monetizar melhor seu conteúdo, incluindo a informação de que conteúdo anti-PT estava gerando uma audiência significativa (Ghedin, Dias & Ribeiro, 2019).

Nossa pesquisa, abrangendo duas frentes — grupos de extrema-direita em plataformas

de mensagens e a análise de canais do YouTube — destaca o bolsonarismo como um movimento político que mobiliza a mídia para promover sua agenda ideológica conservadora. Ao controlar o fluxo de mensagens em dezenas de milhares de grupos, a extrema-direita demonstra sua capacidade de popularizar certos tipos de conteúdo. Esse poder, por sua vez, influencia fortemente os criadores de conteúdo, que moldam suas publicações para agradar aqueles que controlam os grupos. A mudança editorial do "Top Tube Famosos", que se tornou um dos canais políticos mais populares do YouTube em português, não ocorreu espontaneamente. Além das afinidades ideológicas entre o criador de conteúdo e o bolsonarismo, essa mudança está intimamente ligada a preocupações com a sustentabilidade financeira.

É importante, no entanto, conectar as ações do bolsonarismo e dos criadores de conteúdo a estruturas de incentivos mais amplas, vinculadas a modelos de negócios. Conceitos como capitalismo de plataforma (Srnicek, 2016) e capitalismo de vigilância (Zuboff, 2019) buscam explicar a acumulação capitalista contemporânea com base na capacidade de controlar os fluxos de dados. No caso em questão, observamos um conjunto de incentivos que impulsionam a produção de conteúdo projetado para capturar a atenção do usuário (Goldhaber, 1997) a qualquer custo — seja por meio de páginas da web com anúncios em esquemas como o Google AdSense ou plataformas de publicação de vídeos como o YouTube, que se sustentam pela inserção de anúncios em seu conteúdo.

### **Poder estrutural e organizacional**

A produção de conteúdo de extrema-direita envolve a interação de três tipos de atores: os criadores de conteúdo, que são responsáveis finais pela produção do material; a rede de distribuição de conteúdo bolsonarista, que opera por meio do fluxo de mensagens em grupos de WhatsApp e Telegram; e as plataformas de mídia social, que também são responsáveis pela distribuição de conteúdo, mas, mais significativamente, pela monetização dos itens mais assistidos. Os dois últimos atores exercem uma forma específica de poder — a capacidade de organizar relações de comunicação que ocorrem dentro de plataformas definidas. Para as plataformas, o objetivo final desse poder é a sustentabilidade de seus modelos de negócios. Para o bolsonarismo, no entanto, o objetivo é um projeto eleitoral e ideológico.

Refletir sobre a natureza do poder exercido por cada um desses atores é essencial para compreender como interesses divergentes convergem na produção de uma máquina de radicalização ideológica conservadora. Ao mesmo tempo, é importante destacar como o

ecossistema da informação jornalística, agora dependente de plataformas digitais, é influenciado pelos interesses comerciais dessas empresas, que incentivam um tipo de produção comunicacional prejudicial ao florescimento humano. Nessa tarefa, as diferentes modalidades de poder articuladas pelo antropólogo Eric Wolf (1999) podem nos ajudar a compreender a inter-relação entre formas de poder que parecem não ideológicas e a própria dinâmica da contestação ideológica.

Eric Wolf é um autor que nunca abordou diretamente o desenvolvimento tecnológico. O antropólogo é mais conhecido por seus estudos sobre política camponesa, com foco na sociedade agrária, com suas pesquisas remodelando a análise antropológica do conceito de sociedade popular (Ribeiro & Feldman-Bianco, 2003). No entanto, particularmente nos últimos anos de sua carreira, ele desenvolveu uma abordagem crítica à antropologia, enfatizando a necessidade de compreender a relação entre cultura, poder, ideias e ideologia. A ideologia, em sua visão, é vista como "um elemento entrelaçado com o poder em torno das relações sociais fundamentais para a administração do controle social do trabalho" (Ribeiro & Feldman-Bianco, 2003, p. 274).

Ideias e ideologias são distintas em sua estrutura. Ideologias são esquemas unificados de ideias que legitimam ou manifestam poder, enquanto ideias, como conceito, abrangem uma gama mais ampla de construções mentais manifestadas por meio de representações públicas (ou seja, possuem materialidade, uma vez que são expressas) (Wolf, 1999; Evangelista, 2010). Para Eric Wolf, o poder não aparece como algo concentrado em um pacote ou como "uma força unitária e independente incorporada em imagens como um monstro gigante como Leviatã ou Behemoth, ou uma máquina que cresce em capacidade e ferocidade por meio da acumulação e geração de mais poder" (Wolf, 1999, p. 4). Em vez disso, o poder é um aspecto de todas as relações sociais.

Wolf identifica quatro modalidades de poder, enfatizando que o poder opera de forma diferente nas relações interpessoais, nas arenas institucionais e no nível de sociedades inteiras. Essas modalidades se sobrepõem, abrangendo do individual ao coletivo. A primeira modalidade, que ele classifica como nietzschiana, refere-se ao poder da potência, uma capacidade que reside no indivíduo. Esta análise concentra-se no motivo pelo qual alguém se envolve em um jogo de poder, mas não qualifica a natureza desse jogo. A segunda modalidade, que ele chama de weberiana, manifesta-se em interações e transações entre indivíduos, referindo-se à capacidade de uma pessoa de impor sua vontade em ações sociais sobre outra, sem especificar a natureza da arena em que essas

ações ocorrem.

A terceira modalidade, que ele denomina tática ou organizacional, examina o contexto em que os indivíduos demonstram suas capacidades e interagem com os outros, chamando a atenção para os instrumentos pelos quais indivíduos ou grupos direcionam ou restringem as ações de outros em contextos específicos. Por fim, a quarta modalidade, à qual ele dedica maior atenção, é o poder estrutural, profundamente conectado ao seu conceito de ideologia e fundamental para a mobilização do trabalho social.

A distinção entre poder estrutural e organizacional é fundamental aqui. Enquanto o poder estrutural se relaciona a aspectos do imaginário coletivo de uma sociedade – suas concepções sobre quais grupos sociais devem ser responsáveis por manter quais atividades essenciais da vida, por exemplo – o poder organizacional opera em uma escala ligeiramente menor. Nesse contexto, alguns grupos sociais controlam as relações sociais estabelecidas em campos específicos. O termo "controle" deve ser entendido aqui em seu sentido cibernético – não necessariamente como a imposição direta da vontade, mas como o monitoramento e a ação informacionais constantes sobre um alvo, uma prática essencial para a influência, informacional em sua natureza. Há uma relação recursiva entre o poder estrutural e o organizacional: enquanto o primeiro projeta, legitima e sustenta as estruturas do segundo, o poder organizacional é onde o poder é exercido diretamente, restringindo ou facilitando as relações sociais dentro dos contextos criados e sustentados pelo poder estrutural. É nessa dinâmica que limites e possibilidades, restrições e empurrões (Gandy & Nemorin, 2018) tomam forma. O poder organizacional está intimamente ligado ao que Zuboff descreve como "poder instrumental" (Zuboff, 2019) — a operacionalização da "física social", em vez do aparato ideológico mais amplo que a sustenta socialmente.

Aplicando esses conceitos ao nosso campo empírico, o poder organizacional está relacionado à capacidade das plataformas de determinar relações de dados (Couldry & Mejias, 2019), que elas usam para extrair, utilizar e explorar dados. As plataformas, por meio de seus algoritmos, definem as métricas que estabelecem as recompensas econômicas para os criadores de conteúdo. Anteriormente, argumentamos que o bolsonarismo também foi capaz de exercer essa forma de poder. Isso foi alcançado por meio do controle de milhares de grupos de bate-papo, onde certos tipos de conteúdo foram incentivados a circular, enquanto outros foram explicita ou implicitamente bloqueados — ou, em alguns casos, totalmente proibidos. O que emerge, então, é uma

sinergia entre dois atores trabalhando para recompensar financeiramente a produção de conteúdo de um terceiro ator.

Essa capacidade de exercer poder organizacional permitiu ao bolsonarismo influenciar outra modalidade de poder: o poder estrutural. Ao alavancar o trabalho de outros e orientá-lo, mesmo sem estabelecer vínculos diretos, o bolsonarismo conseguiu promover conteúdos que evocavam uma memória específica do passado, particularmente do período da ditadura. O período de opressão política, marcado por milhares de mortes, foi ressignificado como um tempo de paz, liberdade, ordem e ausência de violência urbana. Casos de corrupção durante a ditadura militar foram ocultados, e os militares foram retratados como indivíduos inerentemente honestos. O racismo histórico do Brasil foi negado, revivendo a imagem do país como uma democracia racial — agora supostamente rompida por políticos egoístas que colocam negros contra brancos e uns contra os outros. Políticas que promovem a igualdade de gênero e discussões sobre sexismo e homofobia foram retratadas como corruptoras da moral e da estrutura tradicional da família brasileira.

### **Virada Cultural Conservadora**

Para compreender melhor essa virada cultural conservadora (Singer, 2022) no Brasil, postulamos que é essencial considerar o país como um espaço histórico de colonialismo de povoamento. A independência de Portugal em 1822 não marcou a saída dos colonizadores europeus. Pelo contrário, eles continuaram a dominar a política do país e incentivaram ativamente a imigração de mais europeus, principalmente italianos e alemães. Essa migração acelerou significativamente após a abolição da escravidão em 1888 ("Lei Áurea"), não apenas para substituir a força de trabalho, mas também para promover o chamado branqueamento da população do país. O objetivo era, e possivelmente continua sendo, transformar o Brasil em uma nação mais branca por meio da assimilação ou eliminação das populações negra e indígena. Esse processo pode ser entendido como assimilação genética e cultural a um modo de vida ocidentalizado.

O Brasil constitui um exemplo paradigmático de colônia de povoamento precisamente porque, como enfatizam os Estudos Coloniais de Povoamento, “os colonizadores vêm para ficar: a invasão é uma estrutura, não um evento” (Wolfe, 2006: 388). Ao contrário de muitos contextos de colonização anglófonos, onde os povos indígenas são deslocados principalmente pela “lógica da eliminação” ligada à terra e as populações negras são relegadas à exploração do trabalho, a história do Brasil complica esse binário estrito entre

terra e trabalho. No Brasil, as comunidades indígenas e negras vivenciaram tanto a desapropriação quanto a exploração, entrelaçadas com políticas de miscigenação que, na virada do século XIX, se tornaram sinônimo de “branqueamento”. Grupos indígenas e africanos ou afrodescendentes foram submetidos a formas de desenraizamento visando impedi-los de reivindicar territórios independentes e forçá-los a condições de trabalho exploratórias. (Poetas, 2021)

Skidmore (1983) retrata a defesa, pela elite brasileira, da imagem da sociedade brasileira como uma “democracia racial”, uma ideia intimamente ligada às políticas de branqueamento em vigor desde pelo menos o início do século XX. Para a elite, os únicos “problemas raciais” no Brasil surgem daqueles cientistas sociais, ativistas e intelectuais que apontam a existência de qualquer problema. Durante a década de 1970, um período de endurecimento da ditadura, a perseguição militar estendeu-se para além dos movimentos guerrilheiros que lutavam contra o regime, rotulando “não apenas sequestradores com armas, mas cientistas sociais com ideias” como subversivos (1983: 108). Fernando Henrique Cardoso, que mais tarde se tornaria presidente, e Octávio Ianni, dois proeminentes acadêmicos com trabalhos distintos sobre as relações raciais no Brasil, foram expulsos do corpo docente da Universidade de São Paulo (USP) pela ditadura militar.

Embora Poets critique o multiculturalismo como uma “técnica estatal de gestão da diferença, impondo uma forma mais sutil de assimilação” (2021: 272), esse conceito é igualmente rejeitado pelo discurso contemporâneo da extrema-direita como uma política “antibrasileira”, globalista e comunista que perturba a suposta democracia racial do país. Da mesma forma, durante a ditadura, as elites brasileiras rotularam até mesmo um simples artigo de jornal sobre penteados *black power* como “divisivo e antipatriótico”, e o movimento “preto é bonito” como uma “importação estrangeira” e um exemplo da “alienação cultural” na qual os negros brasileiros poderiam cair” (Skidmore, 1983: 108).

O renascimento de uma visão das relações sociais no Brasil, remanescente daquela promovida durante a ditadura civil-militar, é uma característica definidora do bolsonarismo. Central a essa narrativa é a rejeição e o descrédito de qualquer reconhecimento do racismo sistêmico, enquadrado como divisivo e antipatriótico. O bolsonarismo amplifica ainda mais essa visão ao ressuscitar a associação entre desafiar o mito da democracia racial e avançar ideologias comunistas. Esforços para combater a desigualdade racial ou celebrar a identidade afro-brasileira são retratados como elementos de uma conspiração

esquerdista ou globalista mais ampla, ameaçando supostamente os valores tradicionais e a harmonia social do Brasil.

Cesarino (2019), que investigou a produção de conteúdo digital circulado em grupos de apoio a Bolsonaro em 2018, aponta que, em questões identitárias, os antagonismos não se traçavam entre brancos e negros, homens e mulheres, ou heterossexuais e indivíduos LGBTQ+, mas sim entre ativistas feministas, LGBTQ e do movimento negro e os chamados “cidadãos de bem”.

Essa retórica se alinha a uma estratégia mais ampla identificada na política externa e interna brasileira sob Jair Bolsonaro, onde o mito da democracia racial e o ideal da miscigenação são reformulados para reforçar as estruturas racistas do Brasil e perpetuar a branquitude como um elemento central da identidade nacional, tanto explícita quanto implicitamente (Kyrillos & Simioni, 2022).

Da Silva e Larkins (2019: 896) argumentam que “a eleição de Bolsonaro só pode ser analisada como parte de uma esfera cultural e política maior, em evolução e fundamentalmente rizomática, onde o racismo antinegro é operante”. Ao mesmo tempo, eles subsomem o ódio contra mulheres, cristãos não evangélicos, pessoas LGBTQ e povos indígenas sob esse sentimento abrangente. Cesarino (2019) identifica três pares de oposição principais na retórica do bolsonarismo: (1) os “cidadãos de bem” mencionadas acima *versus* a “elite globalista e de esquerda”, onde o bolsonarismo afirma incorporar a verdadeira nação brasileira contra uma elite progressista supostamente corrupta; (2) o “trabalhador honesto” *versus* “grupos parasitas”, fundindo o neoliberalismo e o conservadorismo moral ao retratar os defensores do mercado como criadores de riqueza e os movimentos sociais como dependentes do Estado; e (3) o “homem cristão patriota” *versus* “desordem moral”, posicionando Bolsonaro como um defensor dos valores tradicionais contra o feminismo, os direitos LGBTQIA+ e as políticas de diversidade.

Nossa pesquisa indica que, sobretudo, categorias como não cristão, indígena ou negro estão atreladas a uma percepção de não integração ao Ocidente e à necessidade de assimilação. É possível que um indígena ou negro se alinhe ao bolsonarismo, mesmo que em papéis subordinados, sem ser rotulado de comunista. No entanto, isso requer a adoção de valores conservadores, o cristianismo (de preferência evangélico), a cisnormatividade, o empreendedorismo capitalista e o individualismo. Em outras palavras, em vez de fomentar uma ruptura puramente racial com determinados grupos populacionais, o discurso bolsonarista reforça uma dinâmica de submissão que perpetua

a inferiorização permanente de outras formas de ser, existir e produzir conhecimento que não sejam imaginadas como ocidentais.

### **Colonialidade do poder, justiça de dados e florescimento humano**

Vários estudiosos revisitaram o conceito de colonialidade do poder de Aníbal Quijano para criticar processos contemporâneos vinculados à imagem do período colonial, mas promulgados por meio de infraestruturas digitais. Casilli, por exemplo, argumenta que “colonialidade” é mais precisa do que “colonialismo digital”, pois “retoma os pressupostos dos discursos dominantes enquanto busca a emancipação de todas as identidades marginalizadas no trabalho” (Casilli, 2017: 3947). Colonialidade, como explica Maldonado-Torres, refere-se a “padrões de poder de longa data que emergiram como resultado do colonialismo, mas que definem a cultura, o trabalho, as relações intersubjetivas e a produção de conhecimento muito além dos limites estritos das administrações coloniais”. (2007:243) Ricaurte, por sua vez, afirma que a racionalidade contemporânea centrada em dados deve ser entendida como uma expressão da colonialidade do poder, manifestando-se como a “imposição violenta de modos de ser, pensar e sentir” e negando “a existência de mundos e epistemologias alternativas”. (2019:351)

Assim, o conceito de colonialidade é empregado como uma crítica às forças que se opõem a uma maior agência em alinhamento com a história, a cultura e a herança ancestral de indivíduos ou grupos humanos. A colonialidade opera como um poder tanto homogeneizador quanto subalternizador, pois não apenas integra os indivíduos a um padrão normativo, mas também utiliza a violência para degradar aqueles a ela submetidos. Abordando questões semelhantes, embora não necessariamente vinculadas às relações históricas entre colonizadores e colonizados, Linnet Taylor (2017) propõe o conceito de justiça de dados, que busca “justiça na forma como as pessoas são visibilizadas, representadas e tratadas como resultado de sua produção de dados digitais”.

A abordagem de Taylor está intimamente ligada à garantia dos direitos dos usuários de serviços de plataformas digitais. A potencial subalternidade de grupos sociais fica evidente quando ela discute um dos pilares da justiça de dados, o qual é o engajamento com as tecnologias. Segundo ela, essa questão se cruza com a teoria pós-colonial, enfatizando como os dados são processados e analisados nos mercados nacionais e globais, posiciona os indivíduos como subalternos em relação àqueles que controlam o processamento dessas informações.

Taylor aborda diretamente os efeitos dos “sistemas de big data [que] podem discriminar, disciplinar e controlar” (Taylor, 2017: 8). O caso que discutimos neste artigo relaciona-se diretamente às ações baseadas em dados de um grupo político específico dentro de um sistema de big data que oferece recompensas financeiras baseadas puramente em quantificação. Esse grupo político busca promover uma ideologia que preconiza a submissão e prejudica o florescimento de diversas concepções de vida na sociedade. Notavelmente, como Evangelista e Bruno demonstram, a gestão de grupos de mensagem de aplicativos pela extrema-direita emprega vigilância não transparente, já que os usuários não conseguem “perceber ou tomar consciência de que estão sendo monitorados e gerenciados” (2019: 17).

Nesse contexto, os sistemas de big data não apenas monitoram os usuários como uma função central, mas também permitem que outros atores intermediários implementem sistemas de vigilância semelhantes. Temos evidências indiretas que sugerem que alguns participantes dos grupos de mensagem em aplicativos não apenas monitoram outros, mas também são pagos para fazer postagens. Talvez os membros dos grupos de mensagem em aplicativos de extrema-direita não se incomodassem se descobrissem que são monitorados e vigiados por uma equipe ligada a Bolsonaro. No entanto, isso cria a impressão de que a atividade que ocorre ali é orgânica.

Sistemas de dados foram usados neste caso para recrutar indiretamente mão de obra da mídia em apoio a um projeto ideológico fundamentalmente oposto aos princípios do florescimento humano. Lyon (2021) enquadra o florescimento humano como algo que abrange mais do que agência ou autonomia individual, enfatizando suas dimensões inerentemente relacionais e coletivas. Embora a crítica de Zuboff ao poder instrumentário (2019) destaque a manipulação e a modificação de comportamento impulsionadas por grandes plataformas de tecnologia, esse foco pode reduzir a questão a uma estrutura individualista. O capitalismo de vigilância não apenas restringe a autonomia pessoal; ele perpetua sistematicamente as desigualdades sociais e consolida as desvantagens existentes. Abordar essas dinâmicas mais amplas requer o reconhecimento do poder instrumentário como um modo específico de poder organizacional, deliberadamente criado pelo Vale do Silício para sustentar seu domínio econômico e ideológico.

Lyon também questiona: “Como a agência humana e o florescimento humano podem ser afirmados em uma era de vigilância?” (2021: 254). No contexto da ascensão da extrema-direita brasileira, os sistemas, recursos e financiamento associados à expansão do

capitalismo de vigilância para os sistemas de informação jornalística desempenharam um papel crucial na mobilização de apoio a políticas de exclusão e submissão. A gestão do conteúdo jornalístico por plataformas digitais, guiada exclusivamente por métricas quantitativas, baseadas em dados e comerciais, foi fundamental para permitir o ressurgimento de um projeto político conservador. Essa dinâmica reacionária não decorreu do livre-arbítrio da população brasileira, mas foi alimentada pela exploração do medo, do sensacionalismo, do preconceito e do profundo sentimento de inferioridade enraizado nas relações coloniais históricas.

## **Conclusão**

Embora a ascensão da extrema-direita brasileira se alinhe a um contexto político global marcado pela emergência de grupos interconectados com agendas semelhantes, argumentamos que o bolsonarismo deve ser compreendido em suas dimensões culturais, históricas e organizacionais específicas. Nesse sentido, dois aspectos foram enfatizados: a estratégia de comunicação do grupo de Jair Bolsonaro, que alavancou a viralidade de conteúdos compartilhados em grupos de mensagem em aplicativos para estimular a produção de materiais ideologicamente orientados, posteriormente monetizados por meio de ferramentas da plataforma; e a guinada conservadora brasileira, que não apenas fortaleceu a direita do país, mas também rearticulou sua versão mais extrema, nostálgica do regime militar e de políticas assimilacionistas/exterminadoras voltadas ao branqueamento do país.

A partir de uma caracterização histórico-política do Brasil e de uma análise da dinâmica social que antecedeu a eleição de Bolsonaro, apresentamos duas frentes de pesquisa etnográfica: grupos de bate-papo em aplicativos de mensagens e uma coalizão de produtores de vídeos de extrema direita. Destacamos como a produção desses canais foi direcionada para se alinhar aos temas e opiniões do então presidente, mesclando afinidades ideológicas com oportunidades financeiras.

Utilizando a teoria das modalidades de poder do antropólogo Eric Wolf, demonstramos como a extrema-direita brasileira conseguiu organizar as relações comunicacionais em uma configuração específica, influenciando, assim, o poder estrutural e o campo ideológico. Enquadramos o Brasil como uma colônia de povoamento — um território disputado por meio da ocupação física e da eliminação ou assimilação de populações a um modo de vida prescrito. O bolsonarismo reviveu esse projeto de construção da nação, que remonta pelo menos ao início do século XX e foi proeminente nos discursos da elite

durante a ditadura, buscando suprimir outros modos de vida que divergem das normas ocidentalizadas.

Concluindo, argumentamos que os critérios quantitativos e centrados em dados que sustentam a circulação e a recomendação de informações jornalísticas nas plataformas digitais atuais se opõem diretamente às perspectivas voltadas à justiça de dados e ao florescimento humano. A guinada conservadora brasileira foi catalisada, em parte, pelo uso das plataformas digitais para rearticular e reviver um projeto político que se opõe à ética democrática e promove a eliminação das diferenças.

### **Declaração de disponibilidade de dados de pesquisa**

Os dados utilizados nesta pesquisa não se encontram publicamente disponíveis por envolverem observação etnográfica em ambientes digitais fechados e conteúdos cuja divulgação irrestrita poderia violar princípios éticos de pesquisa. Informações adicionais podem ser fornecidas mediante solicitação fundamentada aos autores.

### **Bibliografia**

Barbabela, E., Feres Júnior, J., & Machado, M. (2024). Eleições sem fronteiras: o uso do Facebook nas eleições presidenciais brasileiras de 2022. In M. von Bülow, L. Avritzer, & E. Santana (Orgs.), *Democracia sob ataque: mídias sociais e desinformação nas eleições brasileiras* (pp. 53–74). Springer Nature Suíça. [https://doi.org/10.1007/978-3-031-66978-1\\_4](https://doi.org/10.1007/978-3-031-66978-1_4)

Carlo, J. D., & Kamradt, J. (2018). Bolsonaro e a cultura do politicamente incorreto na política brasileira [Bolsonaro and the culture of the politically incorrect in Brazilian politics]. *Teoria e Cultura*, 13(2). <https://doi.org/10.34019/2318-101X.2018.v13.12431>

Carvalho, R. (2016). *O governo Lula e a mídia impressa: Estudo sobre a construção de um pensamento hegemônico* [The Lula government and the printed media: Study on the construction of hegemonic thinking]. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Retrieved from <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/3708>

Casilli, A. A. (2017). Cultura digital global | Estudos sobre trabalho digital se globalizam:

Rumo a uma virada digital descolonial. *Revista Internacional de Comunicação*, 11(0), Artigo 0.

Cesarino, L. (2019). Identidade e representação no bolsonarismo: Corpo digital do rei, bivalência conservadorismo-neoliberalismo e pessoa. *Revista de Antropologia*, 62(3), 530–557.

Cesarino, L. (2020, February 16). Como vencer uma eleição sem sair de casa: A ascensão do populismo digital no Brasil [How to win an election without leaving home: The rise of digital populism in Brazil]. *Internet & Sociedade*.

<https://revista.internetlab.org.br/serifcomo-vencer-uma-eleicao-sem-sair-de-casa-serif-a-ascensao-do-populismo-digital-no-brasil/>

Couldry, N., & Mejias, UA (2019). *Os custos da conexão: como os dados estão colonizando a vida humana e se apropriando dela para o capitalismo* (1ª ed.). Stanford University Press.

da Silva, A. J. B., & Larkins, E. R. (2019). A eleição de Bolsonaro, o antinegrismo e as mudanças nas relações raciais no Brasil. *Revista de Antropologia Latino-Americana e Caribenha*, 24(4), 893–913. <https://doi.org/10.1111/jlca.12438>

Davis, S., & Straubhaar, J. (2019). Produzindo antipetismo: ativismo midiático e a ascensão da direita radical e nacionalista no Brasil contemporâneo. *Gazeta de Comunicação Internacional*, 82(1), 82–100. <https://doi.org/10.1177/1748048519880731>

Deri, S. (2019). Uso da internet e polarização política: uma revisão. *OSF*.

<https://doi.org/10.31234/osf.io/u3xyb>

Demori, L., & Locatelli, P. (5 de junho de 2018). Greve massiva de caminhoneiros expõe caos político enquanto o Brasil se prepara para as eleições de outubro. *A Interceptação*. Recuperado em 28 de novembro de 2019, de <https://theintercept.com/2018/06/05/brazil-truckers-strike/>

Díaz, E. P., & Ricaurte, P. (2024). Médicos pela verdade: culturas opositoras antivacina latino-americanas no Telegram. *Big Data e Sociedade*, 11(4), 20539517241306359. <https://doi.org/10.1177/20539517241306359>

Evangelista, R., & Bruno, F. (2019). WhatsApp and political instability in Brazil: Targeted messages and political radicalisation. *Internet Policy Review*, 8(4).

<https://policyreview.info/articles/analysis/whatsapp-and-political-instability-brazil-targeted-messages-and-political>

Fernández-Villanueva, C., & Bayarri-Toscano, G. (2021). Legitimação do ódio e da violência política por meio de imagens meméticas: a campanha de Bolsonaro. *Comunicação e Sociedade*, 449–468. <https://doi.org/10.15581/003.34.2.449-468>

Galpaya, H. (fevereiro de 2017) Taxa zero em economias emergentes. [Artigo nº 47]. Waterloo, Ontário; Londres: Comissão Global sobre Governança da Internet; Centro para Inovação em Governança Internacional; Chatham House. Recuperado em 14 de dezembro de 2019 de [https://www.cigionline.org/sites/default/files/documents/GCIG%20no.47\\_1.pdf](https://www.cigionline.org/sites/default/files/documents/GCIG%20no.47_1.pdf)

Gandy Jr, O. H., & Nemorin, S. (2018). Rumo a uma economia política do empurrãozinho: variações de cidades inteligentes. *Informação, Comunicação e Sociedade*, 0(0), 1–15. <https://doi.org/10.1080/1369118X.2018.1477969>

Ghedin, R., Dias, R., & Ribeiro, R. (2019, November 19). Grana por cliques [Money for clicks]. *The Intercept Brasil*. <https://theintercept.com/2019/11/19/fake-news-google-blogueiros-antipetistas/>

Goldhaber, M. H. (1997). A economia da atenção e a Internet. *Primeira segunda-feira*. <https://doi.org/10.5210/fm.v2i4.519>

Google. (n.d.). Perguntas frequentes sobre a contagem de inscritos. YouTube Help. Retrieved Feb 2, 2025, from <https://support.google.com/youtube/answer/6175006?hl=pt-BR#zippy=%2Cperguntas-frequentes>

Hunter, W., & Power, T. J. (2005). O Brasil de Lula nas eleições de meio de mandato. *Revista da Democracia*, 16(3), 127–139. <https://doi.org/10.1353/jod.2005.0046>

Kyrillos, G. M., & Simioni, F. (2022). Raça, gênero e direitos humanos na política externa brasileira no governo Bolsonaro (2019-2021) [Race, gender, and human rights in Brazilian foreign policy during the Bolsonaro administration (2019-2021)]. *Revista Direito e Práxis*, 13, 1874–1896. <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2022/68535>

Kubin, E., & von Sikorski, C. (2021). O papel das mídias (sociais) na polarização política:

uma revisão sistemática. *Anais da Associação Internacional de Comunicação*, 45(3), 188–206. <https://doi.org/10.1080/23808985.2021.1976070>

Lewis, R. (2018). *Influência alternativa: Transmitindo a direita reacionária no YouTube*. Instituto de Pesquisa de Dados e Sociedade. <https://datasociety.net/library/alternative-influence/>

Lyon, D. (2021). Vigilância, transparência e confiança. Em *Confiança e transparência em uma era de vigilância* (págs. 243–257). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781003120827-18>

Machado, C. (2018, 13 de novembro). A influência do WhatsApp nas eleições brasileiras e como ele ajudou Jair Bolsonaro a vencer [postagem do blog]. *Conselho de Relações Exteriores*. Recuperado em 19 de março de 2020, de <https://www.cfr.org/blog/whatsapps-influenciam-as-eleicoes-brasileiras-e-como-ajudaram-jair-bolsonaro-a-ganhar>

Maldonado-Torres, N. (2007). Sobre a colonialidade do ser: Contribuições para o desenvolvimento de um conceito. *Estudos Culturais*, 21(2–3), 240–270. <https://doi.org/10.1080/09502380601162548>

Melnikov, N. (2021). Internet móvel e polarização política (artigo acadêmico SSRN 3937760). *Rede de Pesquisa em Ciências Sociais*. <https://doi.org/10.2139/ssrn.3937760>

Melo, P. C. (2018, October 18). Empresários bancam campanha contra o PT pelo WhatsApp. *Folha de S. Paulo*. Recuperado em 19 de março de 2020, de <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/empresarios-bancam-campanha-contr-o-pt-pelo-whatsapp.shtml>

MESQUITA, Jane Maria Santos de (2024). *A máquina política e a política da máquina: um olhar sobre a direita no YouTube*. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP. Disponível em: 20.500.12733/21025. Acesso em: 16 nov. 2025.

Moreira, T., & Rennó, L. (2024). Conservadores convertidos: O “efeito Bolsonaro” em 2018. *Opinião Pública*, 30, e30112. <https://doi.org/10.1590/1807-0191202430112>

Nagle, A. (2017). *Matem todos os normies: guerras culturais online, do 4Chan e do Tumblr a Trump e à direita alternativa*. Publicação John Hunt.

Noxinfluencer. (2020, September 7). Top 100 Youtubers notícias e política com mais inscritos no Brasil. Retrieved September 7, 2020, from <https://pt.noxinfluencer.com/youtube-channel-rank/top250-br-news%20%26%20politics-youtuber-sorted-by-subs-weekly>

Arados, A. (2018). *Etnografias confusas em ação*. Imprensa Vernon.

Poetas, D. (2021). Colonialismo de povoamento e/no Brasil (urbano): resistências negras e indígenas à lógica da eliminação. *Estudos Coloniais de Colonos*, 11(3), 271–291. <https://doi.org/10.1080/2201473X.2020.1823750>

Ramalho, R. (2018). TSE apresenta previsão do tempo de propaganda no rádio e na TV para cada candidato à Presidência [TSE presents radio and TV advertising weather forecast for each presidential candidate]. Retrieved 27 November 2019, from G1site: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/08/23/tse-apresenta-previsao-do-tempo-de-propaganda-no-radio-e-na-tv-para-cada-candidato-a-presidencia.ghtml>

Resende, G., Melo, P., Sousa, H., Messias, J., Vasconcelos, M., Almeida, J., & Benevenuto, F. (2019). (Mis)Information Dissemination in WhatsApp: Gathering, Analyzing and Countermeasures. *WWW' 19: A Conferência da World Wide Web*, 818–828. <https://doi.org/10.1145/3308558.3313688>

Ribeiro, G. L., & Feldman-Bianco, B. (2003). Antropologia e poder: contribuições de Eric Wolf [Antropologia e poder: contribuições de Eric Wolf]. *Etnográfica: Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia*, 7(2), 245–281. <https://doi.org/10.4000/etnografica.2896>

Ricaurte, P. (2019). Epistemologias de dados, colonialidade do poder e resistência. *Televisão e Novas Mídias*, 20(4), 350–365. <https://doi.org/10.1177/1527476419831640>

Rossi, A. (2018, June 2). Como o WhatsApp mobilizou caminhoneiros, driblou governo e pode impactar eleições [How WhatsApp mobilized truckers, dribbles government and can impact elections]. *BBC News Brasil*. Recuperado em 18 de março de 2019, de <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44325458>

Santos, F., & Guarnieri, F. (2016). Do Protesto ao Golpe Parlamentar: Um Panorama da História Recente do Brasil. *Revista de Estudos Culturais Latino-Americanos*, 25(4), 485–

494. <https://doi.org/10.1080/13569325.2016.1230940>

Santos, J. G., et al. (2019). WhatsApp, política mobile e desinformação: A hidra nas eleições presidenciais de 2018. *Comunicação & Sociedade*, 41(2), 307–334.

Shultziner, D., & Stukalin, Y. (2021). Distorcendo as notícias? Os mecanismos do viés partidário da mídia e seus efeitos na produção de notícias. *Comportamento Político*, 43(1), 201–222. <https://doi.org/10.1007/s11109-019-09551-y>

Singer, A. (2022). A reativação da direita no Brasil. *Opinião Pública*, 27, 705–729. <https://doi.org/10.1590/1807-01912021273705>

Skidmore, T. E. (1983). Raça e classe no Brasil: perspectivas históricas. *Revista Luso-Brasileira*, 20(1), 104–118.

Srnicek, N. (2016). *Capitalismo de plataforma*. John Wiley & Filhos.

Taylor, L. (2017). O que é justiça de dados? O caso da conexão global de direitos e liberdades digitais. *Big Data e Sociedade*, 4(2), 2053951717736335. <https://doi.org/10.1177/2053951717736335>

Vale, H. F. D. (2015). Polarização territorial nas eleições presidenciais de 2014 no Brasil. *Estudos Regionais e Federais*, 25(3), 297–311. <https://doi.org/10.1080/13597566.2015.1060964>

Vezzoso, S. (2024). ‘Super-apps’ e a atuação dos mercados digitais. *Revista de Fiscalização Antitruste*, 12(2), 331–337. <https://doi.org/10.1093/jaenfo/jnae023>

Wolf, E. R. (1999). *Visualizando o poder: ideologias de dominância e crise*. Imprensa da Universidade da Califórnia.

Wolfe, P. (2006). Colonialismo de povoamento e a eliminação dos nativos. *Revista de Pesquisa sobre Genocídio*, 8(4), 387–409. <https://doi.org/10.1080/14623520601056240>

Zuboff, S. (2019). *A era do capitalismo de vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder* (1ª ed.). Assuntos Públicos.

## Notas

1 O tempo de antena gratuito em rádio e TV é distribuído entre os candidatos de acordo com o tamanho de sua base política no Congresso. Na eleição de 2018, o candidato com

maior tempo de antena ficou em quarto lugar (Geraldo Alckmin, PSDB, com 44,3%), enquanto Bolsonaro, que teve pouco mais de 1% do tempo de antena total, venceu o primeiro turno. Fernando Haddad (PT), que ficou em segundo lugar, teve 19,1% do tempo de antena (Ramalho, 2018; Machado, 2018).

2 A Operação Lava Jato foi uma investigação anticorrupção no Brasil iniciada em março de 2014. Inicialmente focada em um esquema de lavagem de dinheiro em um lava-jato em Brasília, a investigação revelou extensa corrupção envolvendo a estatal Petrobras, levando a acusações contra políticos e executivos. O juiz Sérgio Moro desempenhou um papel fundamental. Ele supervisionou inúmeros casos de grande repercussão, incluindo a condenação do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Sua abordagem, caracterizada por procedimentos céleres e amplo uso de prisões preventivas, obteve inicialmente reconhecimento nacional, mas posteriormente atraiu críticas, particularmente em relação a potenciais excessos judiciais e imparcialidade. Mais tarde, Moro assumiu o Ministério da Justiça no governo Bolsonaro.

3 Títulos dos canais: Top Tube Famosos; Aliançados Pelo Brasil; Brasil Acima de Tudo; Visão Panorâmica; Reflexão News; No Entanto; Tele News Brasil; Canal Papo Político; Curiosidade Mais; Canais de Religião; Canais de Entretenimento; Estúdio Futebol e Esportes; e Viva Notícia. Os canais No Entanto e Curiosidade Mais estavam conectados apenas a outros canais de religião e entretenimento e, portanto, não foram mapeados. No entanto, essas conexões com canais de temáticas diversas indicam possíveis pontos de entrada de novos públicos para conteúdos políticos.

4 Em 27 de junho de 2021, o Top Tube Famosos tinha 206.351.467 visualizações e 1,06 milhão de assinantes.

### **Contribuição de autoria**

Rafael Evangelista: **Conceitualização; Metodologia; Análise formal; Redação – rascunho original; Redação – revisão e edição; Supervisão.**

Jane Mesquita: **Conceitualização; Investigação; Análise formal; Curadoria de dados; Redação – rascunho original; Redação – revisão e edição.**

### **Conflito de interesses**

Os autores declaram não possuir conflitos de interesse de natureza financeira, comercial, política, acadêmica ou pessoal que possam ter influenciado a realização ou a interpretação dos resultados desta pesquisa.

## Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.